

A resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), aprovada em março e que obriga a certificação para 100% dos conselheiros dos fundos de pensão pode se tornar mais flexível para entidades de empresas privadas. De acordo com José Ribeiro Pena Neto, presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), é possível que na próxima reunião do CNPc seja aprovado um ajuste na regra, tornando-a mais branda para esses fundos de pensão.

“A proposta é liberar fundos de empresas privadas, obrigando a certificação apenas de 100% da diretoria e, no caso do conselho, haveria uma margem de tolerância”, diz Pena Neto.

“Apresentamos essa proposta ao governo, que está sensibilizado para isso, e as últimas reuniões com a Previc nos deixaram otimistas quanto à aprovação da proposta”. O executivo explica que a certificação de todos os conselheiros para esses fundos irá provocar o distanciamento entre os gestores da empresa e o fundo de pensão.

Pena Neto destaca que ainda devem ser discutidos na próxima reunião com o CNPc, pré-agendada para o dia 17 deste mês, a questão do resgate parcial de recursos dos fundos instituídos e a solvência dos fundos de pensão. “Em relação à solvência, tivemos boas reuniões em abril e maio e a conversa está bem adiantada. Pelo começo do segundo semestre conseguiremos aprovar a norma e acreditamos que será adequada, na mesma orientação da norma de precificação, para a característica específica dos planos, ou seja, mais rigorosa para plano de duração curta e mais tolerante para o plano que está mais distante das obrigações”, explica.

Desempenho

Em janeiro, os fundos de pensão apresentaram rentabilidade de 0,45%. Apesar de não revelar dados do primeiro trimestre, Pena Neto diz que o período foi de bastante volatilidade, com momentos de reação da bolsa, mas também com grandes incertezas. “Não tenho expectativa de um resultado significativo na primeira metade do ano. A expectativa é que ainda seja melhor que o ano passado, mas com essa volatilidade grande”.

Do ponto de vista de renda fixa, a tendência de alta das taxas de juros faz com que os fundos de pensão invistam mais nesse segmento. “Há um tempo, a tendência era sair da renda fixa e começar a assumir riscos maiores, mas com a conjuntura econômica do país, ocorreu o contrário. Retornamos para renda fixa, o que é um movimento natural e conservador de acordo com a economia e as taxas de juros atuais”, explica Pena Neto.

Para ele, a renda variável ainda não decolou ou voltou a crescer no ritmo necessário para as fundações, e 2015 ainda será um ano de ajuste muito complicado. “Toda essa incerteza política que reflete na economia agrava os problemas e torna o mercado muito difícil para nós. O fato é que os fundos de pensão continuam atentos à necessidade de diversificação de investimentos, continuamos olhando investimento no exterior, existe uma ligeira tendência de crescimento nesse segmento, mas ainda não está na hora de crescer o ritmo de alocações lá fora”, salienta.

Fonte: [Investidor Institucional](#), em 03.06.2015.